



ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS

Barroso nega liberdade para pivô de balbúrdia

Prisão de José Acácio Serere Xavante desencadeou o quebra-quebra promovido por vândalos extremistas em Brasília. Segundo o ministro, a defesa não apresentou elementos suficientes para a soltura. Bolsonaro já foi detido por tráfico

» LUANA PATRIOLINO

O ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou dois pedidos de liberdade apresentados pela defesa do indígena José Acácio Serere Xavante, preso na última segunda-feira. Na decisão, o magistrado aponta que o habeas corpus não apresenta os argumentos necessários para esclarecer as contravérsias que levaram à prisão do bolsonarista.

“Além disso, o Supremo Tribunal Federal consolidou orientação no sentido do descabimento da impetração de habeas corpus contra ato de ministro, turma ou do Plenário do Tribunal”, salienta a decisão de Barroso.

O indígena foi preso na última segunda-feira pela Polícia Federal (PF) por participação em atos antidemocráticos. A detenção, prevista por um prazo inicial de 10 dias, foi determinada pelo ministro do STF Alexandre de Moraes, atendendo à solicitação da Procuradoria-Geral da República.

Segundo a PGR, José Acácio teria realizado bloqueios e invasões na Esplanada dos Ministérios, no Aeroporto Internacional de Brasília e em shoppings, além de convocar manifestantes armados a impedirem a diplomação do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

A prisão do indígena foi o pivô dos atos violentos realizados por radicais, em Brasília. Os

Reprodução/Internet



José Acácio foi preso por participar de atos antidemocráticos, além de incitar agressão a Lula e perseguição de ministros do Supremo

extremistas aterrorizaram ao tentarem invadir a sede da PF, incendiaram carros e ônibus, e depredaram uma delegacia da Polícia Civil, na área central da cidade.

Para a PGR, o indígena estaria se utilizando da sua posição de liderança junto ao povo xavante para arregimentar indígenas e não indígenas, a fim

de cometer crimes, mediante a ameaça de agressão e perseguição a Lula e dos ministros Barroso e Alexandre de Moraes, do STF.

Cela isolada

José Acácio está encarcerado no Complexo Penitenciário da Papuda e em uma cela isolada no

Centro de Detenção Provisória (CDPII), até a próxima determinação. No dia da prisão, os bolsonaristas afirmaram, nas redes sociais, que ele teria sido agredido pela polícia. Outros apoiadores foram além e disseminaram a mentira de que o filho de 10 anos do indígena tinha sido sequestrado.

A PF, porém, esclareceu que José Acácio passava bem e contava com apoio jurídico. “O preso encontra-se acompanhado de advogados e todas as formalidades relativas à prisão estão sendo adotadas nos termos da legislação, resguardando-se a integridade física e moral do detido”, destacou a nota da PF.

O extremista já tinha sido preso em uma ocasião anterior. Em 2008, ele e a mulher foram flagrados pela polícia com porções de cocaína. José Acácio foi condenado a quatro anos e oito meses de prisão em regime fechado pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJ-MT). Em agosto de 2009, o processo foi encerrado.

Um vídeo que circula nas redes sociais mostra o fazendeiro Didi Pimenta — de Araçatuba (SP), mas dono de propriedades no Mato Grosso — pedindo ajuda financeira para manter o José Acácio e outros indígenas em atos antidemocráticos. O empresário também diz que ele e outros amigos conseguiram mandar oito ônibus com indígenas para Brasília e pede dinheiro para continuar mantendo o grupo.

José Acácio também concorreu a prefeito de Campinápolis (MT) nas eleições de 2020 pelo Patriotas. Recebeu 689 votos e ficou em terceiro lugar.

Política provoca divisão em etnia

» TAINÁ ANDRADE

A prisão do bolsonarista José Acácio Serere acendeu um alerta no povo xavante. Sendo uma das comunidades mais numerosas do país, com 22.256 pessoas abrigadas em nove terras indígenas, em 14 municípios do Mato Grosso, a divergência política dentro da etnia tem feito alguns deles se descolarem da proteção do território — principal pauta defendida pela maioria dos povos originários brasileiros.

Serere fazia parte de um grupo que trabalhava para que o povo xavante a concordasse com a prática de arrendamento em terras indígenas por grandes investidores do agronegócio. O bolsonarista convenceu dois territórios — Sangradouro e Parabubure — a acolherem a ideia. Os outros distritos da etnia resistiram ao projeto, o que gerou um conflito interno.

“O povo indígena xavante é o único povo no Mato Grosso que não compactua com o movimento antidemocrático e está muito indignado com a má-fé do Serere. Estamos no século 21 e, hoje em dia, o índio não pode ser usado de qualquer maneira, como se fosse no tempo colonial”, criticou Lúcio Xavante, líder na aldeia Guadalupe e ativista da Terra Indígena São Marcos.

As lideranças acreditam que foi durante o período em que o bolsonarista se envolveu com a política que começou a abraçar pautas ligadas

O povo indígena xavante são os únicos povos no Mato Grosso que não compactuam com o movimento antidemocrático”

Lúcio Xavante,
ativista xavante
da Terra Indígena
São Marcos

ao agronegócio e à mineração. “As oito terras dos xavantes vinham debatendo, porque deveria ter uma discussão ampla. A reação foi muito dura contra esse projeto, houve muitas críticas. Os próprios indígenas impediram que acontecesse. Não queremos destruir a nossa floresta. Ele (José Acácio) vinha trabalhando fortemente para convencer as demais aldeias”, afirmou Lúcio Xavante.

Linha de frente

Na avaliação do líder da comunidade de São Marcos, José Acácio foi escolhido para ser “linha de frente” em um projeto da extrema direita. “Cadê o chefe do desse movimento? Deixaram o indígena como laranja. Estamos muito indignados e preocupados. É como se o povo

xavante estivesse apoiando esse movimento. O movimento indígena é independente, a gente se defende contra a invasão do território, garimpo, extração da madeira ilegal. Os bolsonaristas estão querendo a cooptação de indígenas para ficar do lado deles”, acusou Lúcio Xavante.

Nas últimas eleições, a extrema direita tentou se aproximar dos indígenas, segundo ele. O objetivo era convencer as comunidades a se alinharem às pautas sobre demarcação de terras, garimpo e extração de madeira. A deputada federal indígena Joenia Wapichana (Rede-RR), primeira indígena a ocupar uma cadeira no Parlamento, criticou.

“A política é muito nova para a gente. A política da direita muitas vezes não quer saber da coletividade e de outros indígenas. Quer nomes para puxar votos e fazer escadinha para eleger o majoritário. Usam a nossa imagem para traçar estratégias para política velha. São posições individualistas”, lamentou.

Wapichana não se reelegeu para o Congresso, mas a presença indígena na política será ampliada a partir de 2023. Cinco candidatos declarados indígenas conseguiram se eleger ao legislativo federal. No Congresso, são quatro representantes: Sônia Guajajara (PSol-SP) e Célia Xakriabá (PSol-MG), Paulo Guedes (PT-MG) e Juliana Cardoso (PT-SP). Na ala de direita, está a deputada federal eleita Sílvia Waiãpi (PL-AP).

Três perguntas para

Dinamam Tuxá, coordenador executivo da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib)

Os indígenas entraram na política para se aproximar das instituições que fazem a manutenção de seus direitos. Quais foram os efeitos dessa decisão?

Primeiro houve uma construção coletiva para esse entendimento para reconstruir e fazer parte da política indigenista brasileira. Para isso acontecer, entendemos que teríamos que ocupar espaços estratégicos, justamente no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados, onde estavam acontecendo os ataques contra os nossos direitos. Esse desmonte foi um dos principais motivos que fizeram os povos indígenas se articularem em torno de campanhas para que houvesse a maior representação, junto com a nossa primeira deputada federal eleita (em 2018), Joenia Wapichana, dentro do Congresso. Precisávamos ampliar a participação dentro daquele espaço.

Qual a visão da Apib sobre a prisão do indígena bolsonarista em Brasília?

A gente tem realizado um trabalho, inclusive, de formação política e jurídica, para fazer os indígenas entenderem que não somos inimputáveis, que não estamos fora da lei. Nosso posicionamento é de não apoiar atos antidemocráticos. Independentemente de ser indígena ou não, vai ser punido na forma da lei. Sobre a prisão do Serere, foi um ato que ele praticou. Espero que a Justiça investigue e julgue de acordo com o ordenamento jurídico.

Mre Gavião/Apib



Como a Apib lida com as diferenças de ideologia política entre os indígenas?

Não há bem uma divisão. É uma pequena minoria que vem apoiar a ideologia bolsonarista. Aqueles que têm um viés de cunho religioso acabam sendo influenciados pela opção religiosa. Somos muito claros em entender que sempre vai haver aqueles que optam pela

opinião contrária da maioria, porque em nenhum segmento há hegemonia. Para um indígena aceitar essa ideologia é porque tem outros vieses, porque todos os indígenas sabem que sofreram na prática a violência da gestão de Jair Bolsonaro. Mesmo os que apoiam o bolsonarismo têm ciência do quanto a política foi danosa aos nossos povos.